

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014 ⁽¹⁾ ⁽²⁾

Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de Instituições de Educação Superior e a emissão de Termo Aditivo aos processos seletivos do Programa Universidade para Todos.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, na Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, bem como no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, resolve:

CAPÍTULO I

DA ADESÃO AO PROUNI

Art. 1º A adesão ao Programa Universidade para Todos - ProUni dar-se-á por intermédio da mantenedora mediante a assinatura de Termo de Adesão, devendo ser efetuada, obrigatoriamente, com todas as suas Instituições de Educação Superior - IES mantidas, locais de oferta, cursos e turnos.

~~§ 1º A Secretaria de Educação Superior - SESu dará publicidade ao cronograma dos procedimentos de adesão das mantenedoras e emissão de termos aditivos, a cada processo seletivo do Programa, por meio de edital.~~

§ 1º A Secretaria de Educação Superior - SESu dará publicidade ao cronograma e aos demais procedimentos de adesão, renovação de adesão das mantenedoras

de instituições de ensino superior privadas e emissão de termos aditivos, a cada processo seletivo do Programa, por meio de edital. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 2º Os procedimentos referidos no caput serão efetuados, exclusivamente, por meio do Sistema Informatizado do ProUni - Sisprouni, disponível na página eletrônica do Ministério da Educação - MEC, utilizando-se o certificado digital de pessoa jurídica da mantenedora, tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão estabelecido nesta Portaria, adotar as regras do ProUni contidas no art. 21 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, devendo conceder bolsas de estudo na proporção de uma bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), comprometendo-se ao cumprimento do prazo de vigência do termo de adesão, e respeitado o disposto nos arts. 3º, 5º, 7º, 10-A e 11-A da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ao atendimento das condições previstas na legislação específica para entidades beneficentes que atuem na área de educação. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 2º Para fins de adesão ao ProUni, o MEC considerará as informações constantes no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores do MEC.

§ 1º É de responsabilidade de cada IES, por meio de sua respectiva mantenedora, assegurar a regularidade das informações constantes do Cadastro e-MEC e, se for caso, proceder à alteração cabível.

§ 2º O Sisprouni será atualizado com as informações constantes no Cadastro e-MEC antes do início de cada período de adesão, facultada a atualização extraordinária de ofício, a qualquer tempo, a exclusivo critério do MEC.

Art. 3º No Termo de Adesão, a mantenedora deverá nomear um coordenador do ProUni para cada local de oferta.

§ 1º O coordenador referido no caput será responsável pelo registro de todos os procedimentos operacionais especificados no Sisprouni.

§ 2º É facultada à mantenedora a nomeação de representantes do coordenador em cada local de oferta, substabelecidos na responsabilidade deste.

§ 3º O coordenador e respectivos representantes deverão ser funcionários da IES.

§ 4º Todas as operações efetuadas no Sisprouni pelo coordenador e seus representantes deverão ser assinadas digitalmente, com a utilização de certificado digital de pessoa física tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da ICP-Brasil.

Seção I

Da Emissão do Termo de Adesão

~~**Art. 4º** A adesão de novas mantenedoras ao ProUni deverá ser precedida de manifestação de interesse no Sisprouni no período estabelecido no Edital SESu.~~

Art. 4º A adesão de novas mantenedoras e a renovação de adesão ao ProUni deverão ser precedidas de manifestação de interesse no Sisprouni no período estabelecido no Edital SESu. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

~~**Art. 5º** A adesão ao ProUni será facultada somente às mantenedoras que não possuam registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, em observância ao disposto no art. 15 da Lei nº 11.096, de 2005, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.~~

Art. 5º A adesão ao ProUni ou a renovação da adesão será facultada somente às mantenedoras que não possuam registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, em observância ao disposto no

art. 15 da Lei nº 11.096, de 2005, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

(Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 6º No caso de mantenedora que possua mais de uma IES e/ou mais de um local de oferta de cursos, deverá ser firmado Termo de Adesão específico para cada local de oferta, inclusive aqueles criados após sua adesão ao Programa, abrangendo todos os cursos e turnos, observado o disposto no § 1º do art. 7º desta Portaria.

Parágrafo único. Em caso de alteração de manutenção de IES participante do ProUni, a nova mantenedora, caso não participe do Programa, deverá formalizar sua adesão sob pena de desvinculação das instituições mantidas.

~~**Art. 7º** Para efetuar sua adesão, as mantenedoras deverão prestar todas as informações solicitadas no Sisprouni, bem como optar:~~

~~I - pela modalidade de oferta de bolsas do ProUni de suas respectivas IES, dentre as estabelecidas pela Lei nº 11.096, de 2005, no caso das IES com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes;~~

~~II - pela oferta de bolsas adicionais referidas no art. 8º do Decreto nº 5.493, de 2005, observado o disposto no art. 9º desta Portaria.~~

Art. 7º Para efetuar sua adesão ou renovação da adesão, as mantenedoras deverão prestar todas as informações solicitadas no Sisprouni, bem como optar pela: (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

I - modalidade de oferta de bolsas do ProUni de suas respectivas IES, dentre as estabelecidas pela Lei nº 11.096, de 2005; (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

II - oferta de bolsas adicionais, nos termos referidos nos §§ 7º e 8º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005, e no art. 8º do Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, observado o disposto no art. 9º desta Portaria. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

§ 1º É vedada a oferta de bolsas em cursos ministrados em locais de oferta fora do território nacional.

§ 2º A oferta de bolsas adicionais limita-se ao número de vagas autorizadas para cada curso e turno, subtraídas as correspondentes bolsas obrigatórias ofertadas.

~~§ 3º As bolsas adicionais serão contabilizadas como bolsas do ProUni e poderão ser compensadas nos períodos letivos subsequentes, a critério da IES, desde que cumprida a proporção mínima legalmente exigida, por curso e turno, nos períodos letivos que já têm bolsistas do Programa.~~

§ 3º As bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) adicionais serão contabilizadas como bolsas do ProUni e poderão ser computadas para fins de cálculo da isenção, na forma prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 2005, mas não para fins de cálculo de bolsas de estudo obrigatórias, de acordo com percentuais estabelecidos no caput e no § 4º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

Art. 8º As mantenedoras que aderirem ao ProUni, bem como as já vinculadas, deverão cumprir fielmente as obrigações constantes do Termo de Adesão e Termos Aditivos, assim como as normas que regulamentam o Programa, inclusive:

~~I - informar nos editais de seus processos seletivos:~~

I - informar nos sítios eletrônicos da instituição: (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

a) sua participação no ProUni;

~~b) o número de vagas destinadas a bolsas integrais e parciais do ProUni em todos os cursos e turnos, em cada local de oferta de cada IES;~~

b) o número de vagas destinadas a bolsas integrais e parciais do ProUni em todos os cursos e turnos, em cada local de oferta de cada IES, por processo seletivo; e (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

c) o número de bolsas integrais e parciais do ProUni ocupadas em todos os cursos e turnos, em cada local de oferta de cada IES, por processo seletivo;

(Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022).

II - disponibilizar acesso gratuito à internet para a inscrição dos candidatos aos processos seletivos do ProUni;

~~III - considerar nas bolsas ofertadas por meio do processo seletivo regular do ProUni todos os encargos educacionais praticados pela IES, inclusive a matrícula e aqueles referentes às disciplinas cursadas em virtude de reprovação ou de adaptação curricular, observados os requisitos de desempenho acadêmico do bolsista;~~

III - considerar, nas bolsas ofertadas por meio do processo seletivo do ProUni, todos os encargos educacionais praticados pela IES, inclusive a matrícula e aqueles referentes às disciplinas cursadas em virtude de reprovação ou de adaptação curricular, observados os requisitos de desempenho acadêmico do bolsista; (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

IV - observar, no caso das bolsas parciais de 50% e 25% do ProUni, o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 11.096, de 2005, bem como na Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 e na Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012;

~~V - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas na seleção eventualmente realizada nos termos do art. 3º da Lei nº 11.096, de 2005, devendo informar previamente aos estudantes pré-selecionados quanto à sua natureza e critérios de aprovação, os quais não poderão ser mais rigorosos do que aqueles aplicados aos estudantes selecionados em seus processos seletivos regulares;~~

IV - observar, no caso das bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) do ProUni, o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 11.096, de 2005, bem como na Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012, e na Portaria SESu nº 87, de 3 de abril de 2012, devendo ser considerados todos os descontos aplicados pela instituição privada de ensino superior, regulares ou temporários, de caráter coletivo, conforme estabelecido em regulamento pelo MEC, ou decorrentes de

convênios com instituições públicas ou privadas, incluídos os descontos concedidos em virtude de pagamento da mensalidade com pontualidade, respeitada a proporcionalidade da carga horária; (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

VI - manter as bolsas concedidas, observado o prazo máximo de utilização, por ocasião do término do prazo de vigência do Termo de Adesão ou nos casos de desvinculação do ProUni por iniciativa de qualquer das partes, respeitando as determinações contidas no § 3º do art. 5º e no inciso II do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005, assim como no art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005.

~~VII - manter o coordenador do ProUni e seus representantes permanentemente disponíveis e aptos a efetuar todas as operações necessárias no Sisprouni, observados os prazos constantes desta Portaria e os cronogramas divulgados em editais da SESu; e~~

VII - manter o coordenador do ProUni e seus representantes permanentemente disponíveis e aptos a efetuar todas as operações necessárias no Sisprouni, observados os prazos, os procedimentos e os cronogramas divulgados em editais da SESu; e (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

VIII - efetuar adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no caso das IES vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, nos termos do art. 242, da Constituição.

~~Art. 9º Somente poderão ser ofertadas bolsas adicionais nos cursos presenciais com conceito maior ou igual a três no SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 2004.~~

Art. 9º Somente poderão ser ofertadas bolsas adicionais nos cursos com conceito 3, 4 ou 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, instituído pela Lei nº 10.861, de 2004. (Redação dada pela Portaria nº 1.919, de 05 de novembro de 2019)

§ 1º Para fins da aferição do conceito referido no caput serão considerados:

I - o Conceito de Curso - CC;

II - o Conceito Preliminar de Curso - CPC, na hipótese de inexistência do CC;

III - o conceito obtido pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, na hipótese de inexistência do CC e do CPC.

~~§ 2º Observada a ordem prevista no parágrafo anterior, serão considerados, sempre, os conceitos mais recentes publicados.~~

§ 2º Observada a ordem prevista no § 1º, serão considerados, sempre, os conceitos mais recentes publicados. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 3º O curso cujo ato regulatório mais recente seja "Autorização", segundo o Cadastro eMEC, poderá oferecer bolsa adicional até o momento que obtenha o conceito CC, CPC ou Enade e, a partir de então, passará a ser regulamentado conforme o disposto nos §§ 1º e 2º.

~~§ 4º As bolsas adicionais eventualmente constantes nos Termos de Adesão ou Termos Aditivos, firmados ao amparo desta Portaria e que não atendam ao disposto no caput, serão bloqueadas e não serão ofertadas aos candidatos no processo seletivo.~~

§ 4º As bolsas adicionais eventualmente constantes dos Termos de Adesão, dos Termos de Renovação de Adesão ou dos Termos Aditivos, firmados ao amparo desta Portaria e que não atendam ao disposto no caput, serão bloqueadas e não serão ofertadas aos candidatos no processo seletivo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 5º É vedada a oferta de bolsas adicionais em cursos ministrados na modalidade de ensino a distância - EAD.~~

§ 5º Na modalidade de Ensino a Distância - EAD, somente poderão ser ofertadas bolsas adicionais integrais, observadas demais disposições deste artigo. (Redação dada pela Portaria nº 1.919, de 05 de novembro de 2019)

Seção II

Da Renovação do Termo de Adesão

~~**Art. 10.** As mantenedoras participantes do ProUni que tiverem os Termos de Adesão de suas IES expirados em razão do decurso de seu prazo de vigência, nos termos do § 1º do art. 5º e do art. 11 da Lei nº 11.096, de 2005, poderão renovar sua adesão ao Programa, devendo, para tanto, cumprir todos os procedimentos previstos no art. 1º e na Seção I do Capítulo I.~~

Art. 10. As mantenedoras participantes do ProUni que tiverem os Termos de Adesão de suas IES expirados em razão do decurso do prazo de vigência, nos termos do § 1º do art. 5º e do art. 11-A da Lei nº 11.096, de 2005, poderão renovar a adesão ao Programa, devendo, para tanto, cumprir todos os procedimentos previstos no art. 1º e na Seção I do Capítulo I. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 1º No caso de renovação da adesão ao ProUni pela mantenedora, nos termos desta Seção, o cálculo do número de bolsas a serem ofertadas em cada IES, local de oferta, curso e turno será efetuado mediante a aplicação das informações referentes a todos os processos seletivos de que tenha participado durante a vigência do Termo de Adesão expirado.

~~**§ 2º** As mantenedoras que tenham firmado Termo de Adesão ao ProUni até 26 de junho de 2011 poderão antecipar a renovação de sua adesão ao Programa nos termos do caput. (Revogado pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)~~

§ 2º-A. A adesão ao ProUni de mantenedoras que tenham termo de adesão vencido até 26 de maio de 2022 poderá ser renovada e será efetuada, obrigatoriamente, com todas as instituições privadas de ensino superior por elas mantidas, devendo garantir as proporcionalidades de bolsas do ProUni por alunos pagantes em cada local de oferta, curso e turno, conforme a modalidade de

oferta de bolsas informada no referido Termo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 2º-B. Os Termos de Adesão não vencidos até o 26 de maio de 2022 continuarão a ser válidos até seu término, devendo a renovação da Adesão ser realizada a partir do seu vencimento e ser garantida a proporcionalidade de bolsas ProUni por alunos pagantes em cada local de oferta, curso e turno, conforme a modalidade de oferta de bolsas informada. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, a mantenedora somente poderá renovar a adesão ao ProUni mediante comprovação da quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, conforme disposto na Lei nº 11.128, de 2005.~~

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, a mantenedora somente poderá renovar a adesão ao ProUni mediante comprovação da quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, conforme disposto na Lei nº 11.128, de 2005, e na inexistência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais, nos termos do disposto no art. 15 da Lei nº 11.096, de 2005, e no art. 6º, inciso II, da Lei nº 10.522, de 2002." (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Seção III

Da Emissão do Termo Aditivo

~~Art. 11. As mantenedoras que tenham efetuado adesão ao ProUni deverão emitir Termo Aditivo com todas as suas IES, locais de oferta, cursos e turnos, a cada processo seletivo, nos períodos estabelecidos em edital da SESu.~~

Art. 11. As mantenedoras que tenham efetuado adesão ou renovação da adesão ao ProUni deverão emitir Termo Aditivo com todas as suas IES, locais de oferta,

curso e turno, a cada processo seletivo, nos períodos estabelecidos em edital da SESu. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 1º A emissão do Termo Aditivo visa à atualização dos dados, parâmetros e condições estabelecidos no Termo de Adesão, observadas as normas que regulamentam o ProUni, mediante a realização de todos os procedimentos especificados no Sisprouni, inclusive, quando couber:~~

§ 1º A emissão do Termo Aditivo visa à atualização de dados, parâmetros e condições estabelecidos no Termo de Adesão ou no Termo de Renovação da Adesão, observadas as normas que regulamentam o ProUni, mediante a realização de todos os procedimentos especificados no Sisprouni, inclusive, quando couber: (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

I - alteração da modalidade de oferta de bolsas do ProUni, no caso das IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes;

II - atualização dos dados cadastrais das mantenedoras, instituições e locais de oferta, salvo aquelas importadas do Cadastro eMEC;

III - informação do número de bolsas adicionais a serem ofertadas, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.493, de 2005, observado o disposto nos arts. 7º e 8º.

Parágrafo único. Aos procedimentos referentes à emissão do Termo Aditivo aplica-se, no que couber, o disposto na Seção I do Capítulo I.

§ 2º Aos procedimentos referentes à emissão do Termo Aditivo, aplica-se, no que couber, o disposto na Seção I do Capítulo I. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 11-A. A mantenedora deverá comprovar, no período estabelecido em edital da SESu para emissão semestral de termo aditivo, a quitação de tributos e contribuições federais perante a Fazenda Nacional e a inexistência de registro no Cadin, sob pena de suspensão da participação no processo seletivo seguinte do ProUni, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o poder público. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 12. A emissão do Termo Aditivo referido no artigo anterior condiciona-se ao prévio registro de todas as informações solicitadas no Sisprouni.

§ 1º Os Termos Aditivos deverão ser assinados exclusivamente por meio do Sisprouni, com certificado digital de pessoa jurídica da mantenedora, tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da ICPBrasil.

~~§ 2º A emissão semestral do Termo Aditivo é procedimento obrigatório durante o prazo de vigência do Termo de Adesão e independe da realização de processo seletivo para ingresso de estudantes.~~

§ 2º A emissão semestral do Termo Aditivo é procedimento obrigatório durante o prazo de vigência do Termo de Adesão ou Renovação da Adesão, e independe da realização de processo seletivo para ingresso de estudantes. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 3º A não emissão do Termo Aditivo nas condições previstas neste artigo e demais procedimentos referidos nesta Portaria sujeitará a mantenedora à instauração de processo administrativo nos termos do art. 12 do Decreto nº 5.493, de 2005, aplicando-se, se for o caso, as penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005.

~~Art. 13. O deferimento do Termo Aditivo para participação da mantenedora no processo seletivo do ProUni referente ao primeiro semestre de cada ano estará condicionado ao cumprimento do disposto na Lei nº 11.128, de 2005.~~

Art. 13. O deferimento da participação da mantenedora no processo seletivo do ProUni estará condicionado à comprovação semestral de quitação de tributos e contribuições federais perante a Fazenda Nacional, nos termos do disposto na Lei nº 11.128, de 2005, e à inexistência de registro da mantenedora no Cadin, nos termos do disposto no art. 15 da Lei nº 11.096, de 2005, e no art. 6º, inciso II, da Lei nº 10.522, de 2002, observado o art. 11-A desta Portaria. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 1º Para fins do disposto no caput, a mantenedora deverá proceder ao carregamento upload, no Sisprouni da certidão de regularidade fiscal emitida pela SRFB no que tange às contribuições sociais e da certidão conjunta, emitida pela SRFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União em formato Portable Document Format - PDF, no período especificado em edital da SESu.~~

§ 1º Para fins do disposto no caput, o resultado da pesquisa no Cadin deve ser adimplente, e a mantenedora deverá proceder ao carregamento (upload), no Sisprouni, em formato Portable Document Format - PDF, no período especificado em edital da SESu, da certidão de regularidade fiscal expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitidos no âmbito do disposto na Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Economia. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 1º-A. A SESu poderá, em complementariedade ao upload no Sisprouni da certidão de regularidade fiscal referida no § 1º deste artigo, realizar pesquisa diretamente na Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de aferição da regularidade da situação da mantenedora, inclusive por meios virtuais disponíveis. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 2º Caso não seja comprovada a regularidade fiscal da mantenedora nos termos deste artigo, o MEC indeferirá a sua participação no referido processo seletivo.~~

§ 2º Caso não seja comprovada a regularidade fiscal da mantenedora e a inexistência de registro no Cadin nos termos deste artigo, fica suspensa a sua participação no processo seletivo seguinte do ProUni, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 3º Na hipótese de suspensão da participação do processo seletivo do ProUni nos termos do § 2º deste artigo, a instituição de ensino superior, por meio de sua

mantenedora, somente poderá emitir novo termo aditivo ao ProUni no processo seletivo seguinte, e restabelecer oferta de bolsas mediante comprovação, no período especificado em edital da SESu para emissão semestral de termo aditivo, da quitação de tributos e contribuições federais perante a Fazenda Nacional.

(Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 4º A não adoção das providências previstas no § 3º deste artigo pela instituição de ensino superior, por meio de sua mantenedora, no processo seletivo seguinte, repercutirá, após o devido processo administrativo, na desvinculação do ProUni, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Seção IV

Da Nova Adesão ao ProUni de Mantenedoras Desvinculadas

~~Art. 14. Durante o período estabelecido em edital da SESu para adesão de mantenedoras ao ProUni, poderão solicitar nova adesão aquelas desvinculadas:~~

~~I – por denúncia do Termo de Adesão, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005;~~

~~II – por decisão do MEC, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005, após regular processo administrativo; ou III – por descumprimento da Lei nº 11.128, de 2005, após regular processo administrativo.~~

~~§ 1º Após decisão proferida em processo administrativo que resulte em desvinculação com fundamento nos incisos II ou III, caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados a partir da publicação oficial da decisão, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.~~

Art. 14. Durante o período estabelecido em edital da SESu para adesão de mantenedoras ao ProUni, poderão solicitar nova adesão aquelas: (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

I - desvinculadas por denúncia do Termo de Adesão, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005; ou (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

II - desvinculadas por decisão do MEC, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005, e art. 12 do Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, após regular processo administrativo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 1º Após decisão proferida em processo administrativo que resulte em desvinculação com fundamento no inciso II, caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, contados a partir da publicação oficial da decisão, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 2º A nova adesão de que trata o caput deverá atender ao disposto na Seção I do Capítulo I.

~~§ 3º Na hipótese do inciso II, a mantenedora poderá aderir novamente ao ProUni somente após quatro anos, contados a partir da data da efetiva desvinculação.~~

§ 3º Na hipótese do inciso II, a mantenedora poderá aderir novamente ao ProUni somente após seis processos seletivos regulares, contados a partir da data da efetiva desvinculação. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 4º Na hipótese do inciso III, a mantenedora somente poderá aderir ao ProUni mediante comprovação da quitação de tributos e contribuições federais administrados pela SRFB, conforme disposto na Lei nº 11.128, de 2005, e demais disposições constantes da Seção I do Capítulo I. (Revogado pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)~~

~~§ 5º Na hipótese de desvinculação por reincidência em razão de descumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005, a mantenedora somente poderá aderir ao ProUni após um ano, contado a partir da data da efetiva desvinculação. (Revogado pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)~~

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO DO NÚMERO DE BOLSAS

~~Art. 15. Os Termos de Adesão ou Termos Aditivos conterão o número de bolsas a serem ofertadas pela mantenedora em cada IES, local de oferta, curso e turno, observado o disposto no art. 7º da Lei nº 11.096, de 2005, conforme fórmula para cálculo publicada em edital da SESu a cada processo seletivo.~~

Art. 15. Os Termos de Adesão, os Termos de Renovação de Adesão ou os Termos Aditivos conterão o número de bolsas obrigatórias e adicionais a serem ofertadas pela mantenedora em cada IES, local de oferta, curso e turno, observado o disposto no art. 7º da Lei nº 11.096, de 2005, conforme fórmula para cálculo publicada em edital da SESu a cada processo seletivo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 1º Para efeito do cálculo do número de bolsas a serem ofertadas, não serão deduzidas do número de bolsas a serem ofertadas a cada processo seletivo:~~

§ 1º Para efeito do cálculo do número de bolsas obrigatórias a serem ofertadas, não serão deduzidas do número de bolsas a serem ofertadas a cada processo seletivo: (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

I - as bolsas adicionais geradas por transferência de turno, desde que no mesmo curso da mesma IES, exclusivamente no caso dos bolsistas que tiverem ingressado no ProUni anteriormente à adesão do turno de destino da transferência no Programa; e

II - as bolsas liberadas em transferência pela IES de origem cujo recebimento pela IES de destino não tenha sido regularmente efetuado por ocasião da assinatura do Termo de Adesão ou Termo Aditivo.

~~§ 2º A compensação de bolsas adicionais em utilização, suspensas ou pendentes de regularização poderá ser efetuada, a critério da IES, posteriormente à geração das bolsas obrigatórias, efetuada nos termos deste artigo. (Revogado pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)~~

~~§ 3º No caso das IES vinculadas que efetuarem alteração na modalidade de oferecimento de bolsas no Termo Aditivo, o cálculo do número de bolsas será efetuado mediante a aplicação da nova modalidade a todos os processos seletivos de que tenha participado, retroativamente, salvo para o processo seletivo referente ao segundo semestre de 2005, ao qual se aplicará a modalidade então utilizada.~~

§ 3º No caso das IES vinculadas que efetuarem alteração na modalidade de oferecimento de bolsas no Termo Aditivo, o cálculo do número de bolsas obrigatórias será efetuado mediante a aplicação da nova modalidade a todos os processos seletivos de que tenha participado, retroativamente, salvo para o processo seletivo referente ao segundo semestre de 2005, ao qual se aplicará a modalidade então utilizada. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

CAPÍTULO III DA RETIFICAÇÃO DOS TERMOS

~~Art. 16. As mantenedoras deverão verificar no Sisprouni o processamento de seus Termos de Adesão ou Aditivos, bem como efetuar, se for o caso, a regularização das informações neles inseridas, no período definido no Edital da SESu de cada processo seletivo.~~

Art. 16. As mantenedoras deverão verificar, no Sisprouni, o processamento de seus Termos de Adesão, de Renovação de Adesão ou Aditivos, bem como efetuar, se for o caso, a regularização das informações neles inseridas, no período definido no Edital da SESu de cada processo seletivo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 1º No período referido no caput será facultado às mantenedoras efetuar a permuta de bolsas de que tratam o § 2º do art. 5º e o § 5º do art. 10 da Lei nº 11.096, de 2005.~~

§ 1º No período referido no caput, será facultado às mantenedoras efetuar a permuta de bolsas de que tratam o § 2º do art. 5º e o art. 11-A da Lei nº 11.096, de 2005. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 20, findo o período de retificação dos Termos de Adesão ou Aditivo, será considerado regularmente firmado para todos os fins de direito o último termo assinado digitalmente, obrigando as instituições à oferta das bolsas nele especificadas.~~

§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 20, findo o período de retificação dos Termos de Adesão, de Renovação de Adesão ou Aditivo, será considerado regularmente firmado para todos os fins de direito o último termo assinado digitalmente, obrigando as instituições à oferta das bolsas nele especificadas. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~§ 3º É facultado ao MEC indeferir Termos de Adesão ou Aditivos e respectiva oferta de bolsas.~~

§ 3º É facultado ao MEC indeferir Termos de Adesão, de Renovação de Adesão ou Aditivos e respectiva oferta de bolsas. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 4º Fica a exclusivo critério do MEC disponibilizar aos candidatos as bolsas adicionais ofertadas na forma desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O deferimento, pelo MEC, de solicitação de desvinculação do ProUni ocorrerá após a finalização do processo seletivo do semestre correspondente,

devendo a mantenedora cumprir regular e fielmente o disposto nos Termos assinados.

Art. 18. A mantenedora de IES que optar por destinar bolsas à reserva trabalhista, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 11.096, de 2005, e art. 15 do Decreto nº 5.493, de 2005, deverá efetuar solicitação no Sisprouni durante o período definido no Edital da SESu de cada processo seletivo.

~~§ 1º Para fins do disposto no caput, a mantenedora deverá proceder ao carregamento — upload, em formato Portable Document Format — PDF, do documento original dos atos que formalizam a convenção coletiva ou o acordo trabalhista e suas respectivas alterações, quando couber, que devem estar dentro do prazo de vigência e regularmente assinados.~~

§ 1º Para fins do disposto no caput, a mantenedora deverá proceder ao carregamento (upload), em formato Portable Document Format, do documento original dos atos que formalizam a convenção coletiva ou o acordo trabalhista e suas respectivas alterações, quando couber, que devem estar dentro do prazo de vigência e regularmente assinados, manualmente ou por meios digitais. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 2º Caso seja verificada inconsistência nos documentos citados no caput, o MEC indeferirá a solicitação.

Art. 19. Para fins de cálculo do período de adesão ao ProUni, considera-se a data do primeiro Termo de Adesão emitido pela mantenedora, independentemente da inclusão posterior de nova IES ou local de oferta.

Art. 20. A vigência do Termo de Adesão poderá ser prorrogada para fins de adequação ao prazo de emissão de Termo de Renovação de Adesão para participação no processo seletivo do ProUni, nos termos do Edital da SESu.

~~Art. 21. Em caso de inviabilidade de execução de procedimentos de responsabilidade das mantenedoras referidos nesta Portaria, desde que devidamente fundamentada e formalmente comunicada, o MEC poderá, a seu exclusivo critério, autorizar a regularização dos procedimentos ou efetuar-los de ofício.~~

Art. 21. Em caso de inviabilidade de execução de procedimentos de responsabilidade das mantenedoras referidas nesta Portaria, desde que devidamente fundamentada e formalmente comunicada ao MEC antes do período previsto para início do processo seletivo, o Ministério poderá, a seu exclusivo critério, autorizar a regularização dos procedimentos ou efetuar-los de ofício. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 1º A regularização referida no caput será efetuada exclusivamente mediante autorização da SESu.

~~§ 2º Caso a regularização referida no caput implique a diminuição do número de bolsas a serem ofertadas, elas serão excluídas do processo seletivo em curso, sendo invalidadas as correspondentes inscrições de candidatos eventualmente existentes.~~

~~§ 3º A regularização prevista no caput não afasta a instauração do processo administrativo referido no art. 12 do Decreto nº 5.493, de 2005.~~

§ 2º Caso a regularização referida no caput implique a diminuição do número de bolsas obrigatórias a serem ofertadas, elas serão excluídas do processo seletivo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

§ 3º A regularização prevista no caput não afasta a aplicação das penalidades constantes do art. 9º da Lei nº 11.096, de 2005. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 21-A. O MEC não se responsabilizará por problemas de ordem técnica de terceiros, óbices estranhos à administração, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, procedimentos indevidos, bem

como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados para acesso ao sistema do ProUni e que resultem na inviabilidade de execução de procedimentos de que trata o art. 21 desta Portaria (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

~~Art. 22. É de exclusiva responsabilidade das mantenedoras divulgar em suas IES e respectivos locais de oferta, mediante afixação em local de grande circulação de estudantes, e em seu sítio eletrônico na internet, o Termo de Adesão ou Aditivo, os editais divulgados pela SESu, os editais próprios e o inteiro teor desta Portaria.~~

~~Parágrafo único. As informações eventualmente publicadas em editais das instituições participantes e em suas páginas eletrônicas na internet deverão estar em estrita conformidade com o disposto nesta Portaria e no Termo de Adesão ou Aditivo.~~

Art. 22. É de exclusiva responsabilidade das mantenedoras divulgar em suas IES e respectivos locais de oferta, mediante afixação em local de grande circulação de estudantes, e em seu sítio eletrônico na internet, o Termo de Adesão, de Renovação de Adesão ou Aditivo, os editais divulgados pela SESu, os editais próprios, o inteiro teor desta Portaria e as informações sobre oferta e ocupação de bolsas a cada processo seletivo, nos termos das alíneas "b" e "c" do inciso I do art. 8º desta Portaria. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Parágrafo único. As informações eventualmente publicadas em editais das instituições participantes e em suas páginas eletrônicas na internet deverão estar em estrita conformidade com o disposto nesta Portaria e no Termo de Adesão, de Renovação de Adesão ou Aditivo. (Redação dada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022)

Art. 23. A execução dos procedimentos referidos nesta Portaria e todos os demais procedimentos disponíveis no Sispruni devem ser certificados digitalmente e têm validade jurídica para todos os fins de direito, na forma da legislação vigente e enseja a responsabilidade pessoal dos agentes executores nas esferas administrativa, civil e penal.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

(Publicado no DOU nº 216, de 7 de novembro de 2014, Seção 1, páginas 11 a 12)

(¹) Alterada pela Portaria nº 1.919, de 05 de novembro de 2019, publicada no DOU nº 215, de 06 de novembro de 2019, seção 1, página 170.

(²) Alterada pela Portaria nº 422, de 14 de junho de 2022, publicada no DOU nº 113, de 15 de junho de 2022, seção 1, página 53.